



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
TIPO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO
REGIMENTAL DE Nº 290371-5/01
PROCESSO Nº: 0290371-5/01
EMBARGANTE(S): BANCO VOTORANTIM S/A
EMBARGADO(S): MARIO B. FILHO
RELATOR: Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA E DE CONTRADIÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. INTELIGÊNCIA DO ART. 535 DO CPC.

- Não há que se falar em cerceamento de defesa, tendo em vista a desnecessidade do recurso de agravo e do agravo regimental serem incluídos na pauta de julgamento.
- O § 1º do art. 557, do CPC dispõe que, em não havendo retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo voto. Desta forma, não há que se falar em necessidade de intimação nos recursos de agravo, pois este é um tipo de processo que não é lançado em pauta para julgamento. Acrescenta-se que o artigo 85, "e" do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que dispõe no sentido na desnecessidade de inclusão em pauta para julgamento dos agravos regimentais.
- De outra banda, a alegação de contradição também não merece prosperar. A aplicação do Princípio da Instrumentalidade das Formas, no Agravo Regimental de nº 290371-5/02 se deu em razão do ato ter atingido a sua finalidade, de forma que poderia ser considerado válido.
- Já a interposição do Agravo de Instrumento de nº 290371-5 se deu com a peça incompleta, não constando o pedido recursal. A petição que o interpôs se encerrava na página 6, sofrendo interrupção abrupta, estando ausente, inclusive, a assinatura do requerente.
- Na verdade, o que o embargante pretende é a rediscussão da matéria meritória já decidida no teor da decisão embargada, o que é vedado em sede de Embargos de Declaração.
- Embargos Declaratórios conhecidos para declarar o prequestionamento da matéria e rejeitados no mérito recursal. À unanimidade.

ACÓRDÃO



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº **0290371-5/01**, em que figura como Embargante BANCO VOTORANTIM S/A e como Embargado MÁRIO B. FILHO, acordam os Exmos. Srs. Desembargadores componentes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso, apenas para declarar o prequestionamento da matéria, e, no mérito, **REJEITAR** os presentes Embargos de Declaração, tudo na forma do relatório, votos e das notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 26 - 03 - 2013


ITABIRA DE BRITO FILHO
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO**
REGIMENTAL DE Nº 290371-5/01
PROCESSO Nº: **0290371-5/01**
EMBARGANTE(S): **BANCO VOTORANTIM S/A**
EMBARGADO(S): **MARIO B. FILHO**
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

RELATÓRIO:

BANCO VOTORANTIM S/A ingressou com os presentes Aclaratórios em face de Acórdão prolatado por esta Câmara nos autos do Agravo Regimental nº 00290371-5/01, que lhe negou provimento, mantendo em todos os termos a decisão prolatada no Agravo Regimental de nº 290371-5/01.

Aduziu o Embargante que houve cerceamento de defesa em face da ausência de intimação da pauta de julgamento da sessão que apreciou o mérito do recurso. Para além disto, alegou que o provimento atacado apresenta contradição em razão do julgamento do Agravo Regimental de nº 290371-5/02, no qual foi aplicado o Princípio da Instrumentalidade das Formas.

Requeru, por fim, o conhecimento e acolhimento dos presentes Embargos de Declaração, com a finalidade de que a matéria ventilada seja apreciada por esta Colenda Câmara.

É o relatório.

Recife, 26-03-2013


ITABIRA DE BRITO FILHO
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
TIPO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO
REGIMENTAL DE Nº 290371-5/01
PROCESSO Nº: 0290371-5/01
EMBARGANTE(S): BANCO VOTORANTIM S/A
EMBARGADO(S): MARIO B. FILHO
RELATOR: Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

VOTO:

Aduziu o embargante que houve cerceamento de defesa em face da ausência de intimação da pauta de julgamento da sessão que apreciou o mérito do agravo regimental.

Não há necessidade do recurso de agravo nem do agravo regimental serem inclusos na pauta de julgamento.

Assim, não há que se falar nesta nulidade, tendo em vista que o § 1º do art. 557, do CPC, dispõe que, em não havendo retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo voto. Desta forma, não há que se falar em necessidade de intimação, pois este é um processo que não é lançado em pauta para julgamento.

Acrescenta-se que o artigo 85, "e" do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco, dispõe no sentido na desnecessidade de inclusão em pauta para julgamento dos agravos regimentais.

No que diz respeito à alegação de contradição, da mesma forma, não merece prosperar.

Isto porque, a aplicação do Princípio da Instrumentalidade das Formas, no Agravo Regimental de nº 290371-5/02 se deu em razão do ato ter atingido a sua finalidade, de forma que poderia ser considerado válido. Houve apenas uma troca de nome, mas as peças estavam completas e da sua leitura poderia se compreender suas pretensões.

Por outro lado, a interposição do Agravo de Instrumento de nº 290371-5 se deu com a peça de interposição incompleta, não constando o pedido recursal. A petição que o interpôs se encerrava na página 6, sofrendo interrupção abrupta, estando ausente, inclusive, a assinatura do requerente.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

Deve ser ressaltado que não se trata de excesso de formalidade ou atentado à celeridade processual, pois é essencial ao recurso a explanação do pedido recursal, a fim de se possa obter a exata compreensão da controvérsia.

Além do mais, é ônus processual do agravante a regular instrução do agravo de instrumento, não cabendo ao Relator determinar diligências no sentido de sanar o defeito, em razão da preclusão consumativa.

Assim, não havia como se aplicar o Princípio da Instrumentalidade das Formas neste segundo caso.

Nesta esteira, não se vislumbra a contradição apontada pelo ora embargante.

O Acórdão, objeto do presente Recurso Integrativo, e que julgou o Recurso de Agravo, não se encontra eivado de nenhum dos vícios ensejadores da interposição de Embargos, posto que se trata, na verdade, de um inconformismo com o teor da decisão ora embargada.

Nos casos em que o Embargante pretende rediscutir a matéria objeto do recurso, o que é vedado em sede de Aclaratórios, cujo objeto restringe-se àquele estabelecido nos incisos I e II do art. 535 do Estatuto dos Ritos, não merecem prosperar os Embargos de Declaração.

Corroborando tal entendimento, bastante elucidativo as decisões abaixo colacionadas, deste Tribunal de Justiça e do STJ, respectivamente:

"EMENTA: Corte Especial Processual Civil - Embargos Declaratórios em mandado de segurança. Alegação de o acórdão não concessivo do pleito ter deixado de apreciar vários argumentos da impetrante, inclusive os referentes à observância do contraditório. Preliminar de incompetência deste Tribunal, relativamente à matéria do mandamus, rejeitada. Mérito: Falta de serventia dos argumentos opostos para integrar a decisão embargada, sabido que o referido recurso objetiva mais a integração do que a substituição do julgado. Inexistência, por outro lado, de obrigação de resposta a todas as alegações das partes, quando o julgador já tenha encontrado motivo suficiente para fundar o decisorio. Inocorrência de omissão. Embargos rejeitados." (Grifos Acrescidos)

(Embargos de Declaração: 60454-6/01; Relator: Napoleão Tavares. Órgão Julgador: Corte Especial. Publicação: Nº DJ: 228 Data da Publicação: 29/11/2002)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REDISSCUSSÃO DA LIDE. INADMISSIBILIDADE.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

RECURSO PROTETATÓRIO. MULTA. ARTIGO 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. REJEIÇÃO.

1. Os embargos de declaração só se prestam a sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já julgada no recurso.

2. A reiteração de fundamento anteriormente refutado, com base em entendimento uniformizado, deixa transparecer não apenas o inconformismo da parte recorrente, mas a manifesta improcedência do recurso, prolongando desnecessariamente a solução do litígio.

3. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa.

(EDcl no Agrg no Ag 1411460/SC, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 07/02/2012, DJe 15/02/2012) (grifos acrescidos)

Ante as razões acima esposadas, **VOTO** pelo conhecimento dos presentes Embargos Declaratórios, apenas para declarar o prequestionamento da matéria e, no mérito, pela sua rejeição, mantendo, em todos os termos, o Acórdão prolatado no Agravo Regimental de nº 0290371-5/01.

Em resposta a pedido do agravante, determino que todas as intimações sejam publicadas em nome do Dr. BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI, OAB/PE 21.678.

É como voto, Srs. Desembargadores.

Recife, 26-03-2013


ITABIRA DE BRITO FILHO
Relator